

PROGRAMA ÁREAS PROTEGIDAS DA AMAZÔNIA – ARPA

TERMO DE REFERÊNCIA PARA CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIA PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA QUE IRÁ REALIZAR A REVISÃO DO PLANO DE GESTÃO DA RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL PIAGAÇU PURUS

Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Amazonas – SEMA/AM/
RDS PIAGAÇU PURUS

Manaus-AM, julho de 2025.

TERMO DE REFERÊNCIA PARA A REVISÃO DO PLANO DE GESTÃO DA RDS PIAGAÇU PURUS

1. CONTEXTUALIZAÇÃO

1.1 Dados gerais da unidade

- Categoria: Uso Sustentável
- Nome da unidade: Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Piagaçu Purus
- Órgão responsável: Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA
- Estado: Amazonas
- Municípios que abrangem a unidade: Anori, Beruri, Coari e Tapauá
- Área da unidade: 834.245,00 ha

2. CONTEXTO

2.1 Breve histórico

A Reserva de Desenvolvimento Sustentável Piagaçu Purus (RDS-PP), localizada na bacia do Rio Purus, foi criada pelo Decreto Estadual nº 23.723, de 05 de setembro de 2003. Seus principais objetivos são assegurar o uso sustentável e a conservação dos recursos naturais renováveis, proteger os modos de vida e a cultura das populações tradicionais locais, além de promover o desenvolvimento sustentável das comunidades e municípios envolvidos.

Durante sua criação, a RDS-PP incorporou a área da APA Estadual do Médio Purus “Lago do Ayapuí”, originalmente estabelecida para a conservação de patos selvagens. Atualmente, a Reserva circunda duas Terras Indígenas e encontra-se próxima a outras Unidades de Conservação situadas na área de influência da BR-319, formando um relevante mosaico de áreas protegidas na região do Rio Purus.

O Rio Purus apresenta grande potencial pesqueiro, sendo fundamental para o abastecimento de pescado nos municípios que integram a RDS, assim como em Manacapuru e Manaus. A região é considerada de alta importância biológica, abrigando uma ampla diversidade de ambientes e espécies, tanto vegetais quanto animais. De acordo com relatos de moradores, ao menos cinco espécies de mamíferos aquáticos são encontradas na reserva: boto-vermelho (*Inia geoffrensis*),

boto-tucuxi (*Sotalia fluviatilis*), peixe-boi-da-Amazônia (*Trichechus inunguis*), lontra (*Lontra longicaudis*) e ariranha (*Pteronura brasiliensis*).

A RDS-PP está situada entre os interflúvios Purus-Madeira e Purus-Juruá, dentro de um mosaico de áreas protegidas que totaliza cerca de dois milhões de hectares, e abriga aproximadamente 5.000 pessoas. Seus limites englobam paisagens heterogêneas, com vastas áreas de floresta de terra firme, castanhais e ambientes alagáveis. As várzeas dos rios Solimões e Purus, que ocupam cerca de 44% da Reserva, são sazonalmente cobertas por abundantes macrófitas aquáticas, contribuindo para a elevada biodiversidade e importância econômica dos recursos naturais locais.

A Reserva abriga cerca de 67 comunidades e localidades, entre residentes e moradores do entorno. Muitas dessas comunidades já possuem algum grau de organização comunitária, enquanto outras ainda necessitam de apoio para seu fortalecimento. A principal fonte de sustento da população local são as atividades extrativistas. Além do órgão gestor, atua há mais de uma década na região, realizando pesquisas biológicas e oferecendo assistência técnica a programas de geração de renda, que poderão subsidiar a elaboração do Plano de Gestão.

A Unidade de Conservação encontra-se em processo de elaboração do seu Plano de Gestão. Esse processo exige a consolidação de estudos biológicos, realização de levantamentos socioeconômicos, zoneamento ambiental, além de avaliações estratégicas que subsidiarão a construção dos programas e subprogramas que comporão o plano. A finalização do documento depende da aprovação pelo Conselho Gestor, realização de consulta pública e posterior publicação.

As atividades previstas fazem parte das ações de implementação do Programa Áreas Protegidas da Amazônia e exigem a participação de profissionais com qualificação específica para garantir a construção participativa e eficaz do Plano de Gestão da RDS Piagaçu Purus.

2.2 Características

Origem do nome da RDS: A sugestão do nome da Reserva surgiu ainda na fase de elaboração da proposta de criação. Klester Cavalcanti, um jornalista, muito envolvido e interessado nas questões ambientais amazônicas ao saber da intenção de se criar uma nova Reserva no Purus, iniciou uma pesquisa etimológica de palavras indígenas tupiguarani. O nome PIAGAÇU formou-se da união do radical PIA cujo

significado é coração, entranhas e WA'SU como grande, imenso, formando a composição: PIAGAÇU-PURUS - o grande coração do Purus.

Atributos Naturais e Biodiversidade: A Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Piagaçu-Purus, em sua área abrange uma combinação de ecossistemas típicos da Amazônia Central, incluindo florestas de terra firme, várzeas e igapós, além de uma extensa rede hidrográfica composta por rios, igarapés, lagos e paranás.

Esses ecossistemas interligados sustentam uma diversidade biológica, com registro de espécies endêmicas e ameaçadas de extinção, como o peixe-boi-da-Amazônia (*Trichechus inunguis*), o jacaré-açu (*Melanosuchus niger*), a ariranha (*Pteronura brasiliensis*), além de quelônios, aves e primatas de importância ecológica reconhecida.

A região apresenta elevada produtividade pesqueira, resultado direto da integridade dos ambientes aquáticos, os quais são essenciais para a manutenção do equilíbrio ecológico e para a subsistência das populações tradicionais residentes na unidade.

Os atributos naturais da RDS Piagaçu Purus também contribuem significativamente para a regulação climática, conservação dos recursos hídricos e armazenamento de carbono, desempenhando funções ambientais estratégicas no contexto das políticas de mitigação das mudanças climáticas em nível regional e global.

2.3 Localização e acessos

O principal acesso à Reserva de Desenvolvimento Sustentável Piagaçu Purus (RDS-PP) é feito por via fluvial, tendo o rio Purus como a principal rota de navegação. Embarcações regulares, conhecidas como barcos recreio, partem semanalmente da cidade de Manaus, realizando escalas nos municípios de Manacapuru, Beruri e Tapauá. Sendo que Beruri/AM é o principal ponto de entrada para a porção norte da Unidade de Conservação. Além desses municípios, a RDS-PP também é acessível pelos municípios de Anori e Codajás, ambos no estado do Amazonas.

O tempo estimado de viagem entre Manaus e Beruri em embarcação recreio é de aproximadamente 18 horas. A partir de Beruri, o acesso à RDS-PP é realizado por embarcações menores, equipadas com motor de popa ("voadeiras"), com duração que varia entre três e sete horas, conforme o destino final dentro da unidade.

Adicionalmente, há saídas semanais de recreios do porto da Manaus Moderna com destino a outros municípios relevantes que fazem limites com a RDS-PP, como Tapauá, Coari e Anori, que também podem servir como pontos de apoio logístico para entrada na Unidade.

Outra alternativa de acesso parte por via terrestre de Manaus até Manacapuru, de onde é possível embarcar em lanchas rápidas (“a jato”) com destino ao município de Beruri, em um trajeto de aproximadamente três a cinco horas. De Beruri até os limites da RDS, o trecho final é realizado por voadeira, com tempo estimado de duas horas.

No setor sul da Reserva, o município de Tapauá constitui a sede municipal mais próxima das comunidades ali localizadas. O acesso pode ser realizado por via aérea, utilizando aeronaves de pequeno porte. A partir de Tapauá, o deslocamento é feito por via fluvial, descendo o rio Purus até as comunidades da RDS-PP.

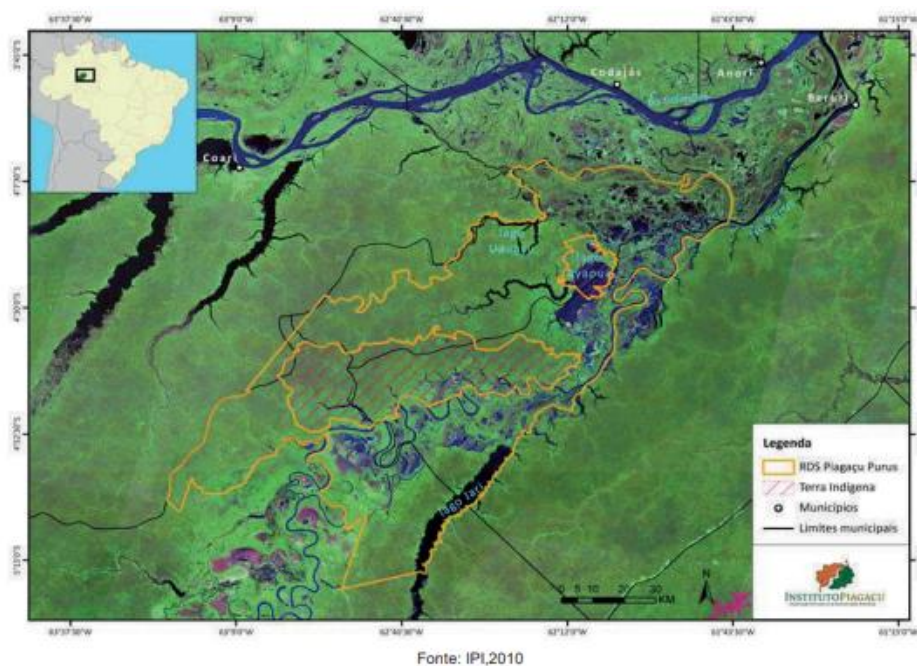


Figura 1- Mapa de localização da Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Piagaçu Purus e entorno

3. JUSTIFICATIVA

A revisão do Plano de Gestão da Unidade de Conservação RDS Piagaçu-Purus é essencial para assegurar a efetiva conservação dos recursos naturais e a sustentabilidade das atividades realizadas no território protegido. Considerando as mudanças ambientais, sociais e legais ocorridas desde a elaboração do plano original, torna-se imprescindível atualizar as diretrizes, estratégias e ações para garantir a proteção da biodiversidade, o uso sustentável dos recursos naturais e a participação ativa das comunidades locais.

Além disso, a revisão possibilita a incorporação de novas informações científicas, tecnologias e metodologias de manejo, alinhando o plano às políticas públicas ambientais vigentes e aos avanços normativos, como os previstos no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) e o Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC). Dessa forma, a Unidade de Conservação estará melhor preparada para enfrentar ameaças atuais e futuras, promovendo a conservação dos ecossistemas e o bem-estar das populações tradicionais e demais atores envolvidos.

O processo de revisão também fortalece a governança participativa, garantindo o diálogo contínuo entre órgãos gestores, comunidades e demais interessados, consolidando o compromisso coletivo com a conservação ambiental e o desenvolvimento sustentável.

A criação da RDS Piagaçu-Purus, assim como de outras categorias de áreas protegidas, representa a principal estratégia para a conservação da biodiversidade, contando com um Plano de Gestão — documento técnico e gerencial que, fundamentado nos objetivos da RDS, define seu zoneamento, normas de uso e manejo dos recursos naturais, além da implantação da infraestrutura necessária para a gestão da Unidade.

Para avaliar adequadamente este Plano de Gestão, é necessária uma revisão e atualização dos conteúdos dos documentos existentes, complementada por entrevistas com gestores e atores diretamente envolvidos na gestão da RDS Piagaçu-Purus e seu entorno. A partir dessas informações, será possível atualizar o Plano, identificando potencialidades e evitando possíveis falhas, promovendo a ampliação sustentável dos modos de vida na Reserva.

Diante da ameaça global aos ecossistemas ainda intactos ou pouco alterados, especialistas e gestores têm buscado estratégias eficazes para a conservação e preservação do meio ambiente, com o objetivo principal de conter o avanço dos processos que colocam esses ecossistemas em risco.

4. OBJETIVO

Contratar serviços de consultoria especializada para a revisão e atualização do Plano de Gestão da Unidade de Conservação Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Piagaçu Purus, localizada no baixo rio Purus, abrangendo os municípios de Anori, Beruri, Coari e Tapauá, no Estado do Amazonas, visando garantir a sustentabilidade, a proteção ambiental e o desenvolvimento socioeconômico da região.

5. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) avaliar as atividades previstas e executadas na versão original do Plano de Gestão da Unidade de Conservação;
- b) atualizar o número de comunidades e localidades, assim como o quantitativo de famílias e pessoas, incluindo dados relativos à saúde, educação e aspectos econômicos.
- c) Atualizar os dados socioeconômicos e fundiários da RDS Piagaçu Purus e de seu entorno;
- d) identificar as fragilidades e potencialidades da RDS Piagaçu Purus e da área ao redor;
- e) diagnosticar e avaliar os impactos socioeconômicos e ambientais dentro da Unidade de Conservação e em seu entorno;
- f) levantar as cadeias produtivas existentes e potenciais na RDS Piagaçu Purus e nas áreas adjacentes;
- g) atualizar o zoneamento e as normas de uso dos recursos naturais na Unidade e em seu entorno;
- h) atualizar, propor e promover a discussão dos programas de gestão, com ênfase em apoio às cadeias produtivas e políticas públicas relacionadas à Unidade de Conservação e seu entorno;
- i) elaborar e fornecer relatórios parciais sobre as atividades realizadas;
- j) disponibilizar os relatórios finais em formatos digital e impresso;

- k) entregar à SEMA-AM toda a base geográfica digital (*shapefiles*) e os registros fotográficos referentes às atividades e eventos desenvolvidos.

6. ABRANGÊNCIA

Com base no Plano de Gestão atualmente vigente da RDS Piagaçu-Purus, o levantamento socioeconômico deverá considerar as 1.286 famílias residentes, distribuídas em 67 comunidades e aldeias. Destas, 36 encontram-se dentro dos limites da Reserva e 31 situam-se em seu entorno imediato.

Os documentos elaborados deverão apresentar um nível adequado de detalhamento e utilizar uma linguagem técnica, clara e acessível, garantindo plena compreensão pelos órgãos responsáveis. A entrega dos produtos seguirá rigorosamente os prazos estipulados no Plano de Trabalho, respeitando os limites estabelecidos neste Termo de Referência.

As informações geográficas obtidas deverão ser organizadas em sistema compatível com a plataforma *ArcInfo*, além de serem operacionais no ambiente *ArcView*. A representação cartográfica adotará o padrão do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), utilizando a escala principal de 1:250.000. Caso seja necessário maior detalhamento, o executor deverá propor e justificar tecnicamente a escala adequada para aprovação do contratante.

O registro espacial das informações — incluindo dados georeferenciado, pontos de amostragem e demais elementos — deverá estar alinhado à escala adotada, assegurando precisão e evitando imprecisões no posicionamento geográfico dos dados.

7. ESTRATÉGIAS DE EXECUÇÃO

Os serviços de consultoria objeto deste contrato deverão seguir rigorosamente as orientações da equipe da SEMA-AM para a revisão do Plano de Gestão, adotando as metodologias e estratégias previstas nos Roteiros Metodológicos disponíveis para a Elaboração e Revisão de Planos de Gestão de Unidades de Conservação Estadual do Amazonas, bem como as diretrizes institucionais indicadas pela SEMA-AM, que

terá a responsabilidade de supervisionar e aprovar os produtos entregues pela consultoria.

Além dos estudos demandados, a revisão do Plano de Gestão da RDS Piagaçu Purus deverá considerar os estudos e documentos previamente existentes relacionados ao conjunto das Unidades de Conservação.

Para fins de operacionalização logística, a CONTRATADA deve atentar para os períodos de sazonalidade das cheias e vazantes dos rios, considerando seu impacto no acesso às populações, comunidades, setores e áreas estratégicas da região. Recomenda-se que as atividades de campo sejam realizadas preferencialmente no período intermediário das cheias, compreendido entre os meses de fevereiro e junho.

Os técnicos da SEMA-AM deverão participar, sempre que possível, das atividades de levantamento e processamento das informações, visando garantir maior envolvimento da equipe com as metodologias aplicadas e com os resultados obtidos, facilitando o monitoramento e as avaliações futuras dos documentos.

A CONTRATADA deverá apresentar os produtos em versão preliminar, em formato digital, para análise e aprovação da SEMA-AM. Caso os produtos não atendam aos critérios estabelecidos, a CONTRATADA deverá proceder às revisões necessárias até que estejam em conformidade, resultando na versão final a ser entregue em formato digital e impresso, conforme especificações. Ressalta-se que a SEMA-AM poderá solicitar, no máximo, duas revisões para cada produto entregue, com prazo de retorno para a CONTRATADA de até dez dias. O pagamento pelos produtos será efetuado somente após a aprovação formal pelo Departamento de Mudanças Climáticas e Gestão de Unidades de Conservação – DEMUC/SEMA.

Para a elaboração da agenda de campo, a CONTRATADA deverá planejar a logística das atividades em conjunto com o chefe da Unidade de Conservação, considerando o prazo necessário para mobilização social e operacionalização das reuniões comunitárias, além das distâncias envolvidas na execução das ações. A CONTRATADA e sua equipe deverão se deslocar, conforme programação estabelecida no plano de trabalho, até a sede da Unidade de Conservação objeto do contrato e à sede da SEMA em Manaus-AM.

No que tange às atividades de coleta de campo, que incluem atualização de dados socioeconômicos e planejamento estratégico (dados primários), bem como

atualização de dados secundários relativos a fatores biológicos e ecológicos, deverá ser estabelecida uma agenda de trabalho com prazos definidos e autorização prévia do órgão gestor.

O acesso à RDS Piagaçu-Purus e às comunidades circunvizinhas pode ser realizado a partir dos municípios de Anori, Beruri, Coari e Tapauá, por via fluvial, utilizando os equipamentos disponibilizados pela própria UC. A gestão da UC será responsável por toda a logística necessária para a execução das atividades de campo, incluindo 15 dias destinados às reuniões setoriais do produto 2 e 5 dias para as oficinas participativas do produto 3. A partir de Beruri, os custos com alimentação, combustível e logística das ações de campo serão custeados pela UC. Entretanto, as passagens e diárias em Manaus e no município de Beruri serão de responsabilidade da CONTRATADA.

O deslocamento da equipe da consultoria até o município de Beruri será custeado pela própria consultoria, conforme detalhado na logística a seguir:

Via fluvial: Passagens fluviais (lança expresso ou recreio) a serem adquiridas em agência de viagens em Manaus.

Via terrestre: Acesso até o município de Manacapuru será realizado por via terrestre, utilizando veículo oficial, com deslocamento posterior por via fluvial (lança expresso).

É importante considerar que a equipe técnica da consultoria deverá chegar a Beruri com pelo menos um dia de antecedência para instalação e preparação antes das atividades de campo, assim como permanecerá na cidade por um dia após o retorno do campo antes de seguir para o município de origem. Os custos referentes à hospedagem e alimentação nesses períodos serão de responsabilidade da CONTRATADA, no município sede da UC.

A concepção metodológica a ser desenvolvida no trabalho incorpora o princípio de envolvimento dos participantes na realidade da comunidade, considerando seu modo de vida, vias de acesso e atividades econômicas, além do comprometimento de participação consciente o suficiente para observar as questões sociais, políticas, éticas e de cidadania da região.

Para que as lideranças possam participar ativamente da Oficina de Planejamento Participativo - OPP (que implica em tomada de decisão, cumprimento de regras estabelecidas, respeitando as falas, ideias e conhecimento) se faz

necessário que estejam instrumentalizadas e conscientes sobre o seu papel enquanto agentes participativos, capazes de se manifestar e descreverem sobre a realidade em que vivem, de modo que suas deliberações e discussões sejam documentadas no produto final.

8. ATIVIDADES PROPOSTAS

As atividades relacionadas à revisão do Plano de Gestão da RDS Piagaçu-Purus serão desdobradas em 05 etapas, conforme consta abaixo:

ETAPA 1 – Organização do Plano de Trabalho

A elaboração do plano de trabalho exigirá a realização de duas reuniões. A primeira será uma reunião virtual preparatória, com o objetivo de alinhar as expectativas com a SEMA e fornecer subsídios para a construção do plano. A segunda reunião será presencial, destinada à apresentação do plano e ao aperfeiçoamento das atividades. Para essas reuniões, será necessária a participação presencial de um representante da CONTRATADA (Coordenador Geral) e os demais técnicos envolvidos poderão participar de forma virtual.

A Reunião de Organização do Planejamento, realizada presencialmente, terá duração de um dia e ocorrerá na cidade de Manaus/AM. Durante esta reunião, o Plano de Trabalho será apresentado, e a CONTRATADA poderá sugerir alterações e revisões. Essas modificações poderão ser realizadas até 15 (quinze) dias após a assinatura do contrato, conforme o Termo de Referência proposto pela SEMA/AM.

Nestas reuniões serão definidas e niveladas, as estratégias, metodologias, logística e cronograma das etapas de revisão do Plano de Gestão, a serem incluídas em um cronograma detalhado, conforme modelo a ser disponibilizado pela CONTRATADA. Nessa fase será disponibilizado à CONTRATADA o banco de dados de informações sobre a UC, de posse da SEMA/AM, além das referências legais, técnicas e metodológicas que nortearão a revisão do Plano de Gestão.

PRODUTO 1: Plano de Trabalho contendo o cronograma detalhado e sistematizado, que definirá as atividades, seus responsáveis, equipe envolvida, cronograma físico-financeiro, prazos e insumos necessários, em formato digital.

PRODUTO 2: Versão preliminar da atualização do diagnóstico socioeconômico, cadeias produtivas, zoneamento, regras de uso, programas de gestão, plano de proteção e atualização dos dados fundiários em forma digital.

Nesta etapa, será realizada uma visita à área da UC, com a participação da equipe da CONTRATADA e da equipe gestora da UC. A duração prevista é de aproximadamente 15 dias, a ser definida previamente no plano de trabalho. Caso seja necessário ajustar a agenda, a equipe da CONTRATADA deverá discutir as alterações com a chefia da UC.

Durante esse período, serão realizadas, aproximadamente 12 reuniões, sendo em média 3 reuniões por dia, com o objetivo de coletar dados primários em campo, abordando aspectos socioeconômicos, como renda e escolaridade dos entrevistados, cadeias produtivas fundiárias, uso público, zoneamento, regras de uso e programas de gestão - todos subsidiados pelas entrevistas. A CONTRATADA será responsável pela aplicação das consultas/entrevistas participativas e colaborativas, envolvendo tanto os moradores da região quanto os demais usuários que mantêm relações diretas ou indiretas com a RDS do Rio Amapá e seu entorno.

Com o apoio técnico da SEMA, a CONTRATADA será responsável por sensibilizar as instituições parceiras e as organizações da sociedade civil sobre o processo de atualização do Plano de Gestão da RDS Piagaçu Purus. A coleta atualizada dos dados dos moradores será realizada por meio do Diagnóstico Rápido Participativo.

Sistematização e análise das informações disponíveis.

A revisão do plano de gestão requer buscar, sistematizar e analisar dados pré-existent sobre o meio físico, biótico, socioeconômico, fundiário, pesquisa e regra de uso – Volume I; Zoneamento, regras de uso e programas de gestão – Volume II, relacionados ao Plano de Gestão vigente e demais dados e informações oficiais, seguindo o Roteiro Metodológico de Elaboração de Planos de Gestão da SEMA. Esse documento, a identificação do material relevante, as respectivas lacunas de informação que surgirão durante o planejamento dos trabalhos e as atividades de campo serão a base do diagnóstico para a atualização das informações do Plano de Gestão da UC, o qual será elaborado segundo definição na **Etapa 1 – Plano de Trabalho**, com a identificação do material relevante aos planejamentos e as respectivas lacunas de informação.

A CONTRATADA compilará os dados secundários disponibilizados pela SEMA-AM durante as atividades de campo, equiparando as informações e atualizando os dados.

Todas as referências utilizadas deverão ser disponibilizadas em um banco de informações que acompanharão o Diagnóstico Preliminar.

Levantamento de campo

Com base no diagnóstico apresentado na sistematização de dados secundários, a CONTRATADA realizará as atividades de campo conforme metodologias apresentadas no Produto 1 e seguindo as orientações descritas abaixo para atividades de coleta de dados primários e reconhecimento de campo.

A CONTRATADA será responsável por determinar a quantidade de técnicos necessários para a realização da coleta de dados primários, considerando que, nas estimativas de custo do OG, será contemplada a participação de no máximo 5 profissionais para a execução das atividades. Destacamos que é imprescindível a presença de um Técnico de Geoprocessamento e do Coordenador.

No reconhecimento de campo, os representantes da CONTRATADA seguirão a logística planejada pelo gestor da Unidade de Conservação. A coleta de dados será realizada por meio do Diagnóstico Rápido Participativo (DRP) em 12 reuniões, em média de 3 reuniões por dia. A execução da Etapa 2 está prevista para durar cerca de 15 dias, considerando também a chegada da equipe técnica da consultoria em Beruri.

Nas visitas às comunidades da RDS deverão ser atualizados e coletados os dados envolvendo os principais grupos sociais, como: instituições públicas e privadas, organizações não-governamentais (ONG's), pesquisadores, moradores e usuários da UC, lideranças locais, entre outros. Deverá ser informado e divulgado o objetivo do trabalho proposto para a revisão do Plano de Gestão, com o possível preenchimento de lacunas identificadas no diagnóstico preliminar e levantamento de informações adicionais.

Esta atividade visa atualizar dados primários em campo e entender a situação local de aproximadamente 1.286 famílias e 5203 pessoas que residem nas 67 comunidades e aldeias localizadas dentro da Reserva 36 comunidades e em seu entorno 31 comunidades, conforme o Plano de Gestão atual. Serão realizadas consultas e entrevistas participativas, utilizando a metodologia do Diagnóstico Rápido

Participativo (DRP) nas Reuniões Setoriais, envolvendo moradores e outros usuários que interagem direta ou indiretamente com a UC e seu entorno.

Durante a coleta de dados deverão ser empregados distintos recursos e métodos participativos que possibilitem conhecer as características da população, o modo de produção local, a relação das comunidades com a natureza e suas expectativas em relação à UC. Para nortear as discussões com a população, é interessante conhecer o uso que estas fazem do espaço e dos recursos naturais, qual a sua relação com a Unidade, identificando-se as potencialidades, fragilidades e limitações existentes.

Nas atividades de campo, a CONTRATADA deverá iniciar, de forma participativa, a elaboração do Modelo Conceitual da RDS Piagaçu Purus, com base nos Padrões Abertos para a Prática da Conservação, considerando os Alvos de Conservação, Serviços Ecossistêmicos, Alvos de Bem-estar Social e Ameaças. A partir dessa metodologia, deverão ser apresentados os conceitos, graus de interferência, tabelas e demais elementos que estimulem o grupo a refletir sobre os objetivos da visita à RDS, alinhando-os às finalidades da unidade. Durante esse processo, serão obtidos dados primários em campo — como informações socioeconômicas, cadeias produtivas, situação fundiária, zoneamento, regras de uso, atividades de pesquisa e programas de gestão — além de se aprofundar o conhecimento sobre a realidade local. Caberá à CONTRATADA elaborar e conduzir consultas e entrevistas de forma participativa e colaborativa com os moradores e demais usuários que se relacionam, direta ou indiretamente, com a RDS Piagaçu Purus e seu entorno, por meio de reuniões setoriais realizadas durante o período de campo.

Levantamento socioeconômico

A CONTRATADA realizará a atualização dos dados e informações dos moradores da RDS Piagaçu Purus e seu entorno utilizando a metodologia de Diagnóstico Rápido Participativo. O levantamento incluirá a quantidade de famílias por polos e suas respectivas comunidades, além de aspectos como escolaridade, acesso à saúde, gênero e renda, além da identificação da população. Também serão feitas uma análise das situações de conflito existentes ou potenciais, uma avaliação socioeconômica integral e a (re) identificação da infraestrutura e instalações de apoio social, comunitário e econômico (como escolas, postos de saúde e micro

agroindústrias). Além disso, será analisado o contexto atual das organizações associativas e das lideranças comunitárias, bem como suas relações nas comunidades da RDS Piagaçu Purus.

Também deverão ser caracterizadas as atividades potenciais de uso público, assim como a infraestrutura e os equipamentos de apoio existentes ou propostos. Serão relacionadas as informações necessárias para entender a dinâmica de visitação e sua evolução, incluindo os acessos à UC, os municípios de origem da demanda de visitação, o desenvolvimento do turismo no entorno, o perfil do visitante, a infraestrutura planejada (se houver), áreas com potencial para visitação e os principais grupos de interesse.

Para tanto, será fornecido o modelo de questionário padrão que poderá ser ajustado, caso necessário, pela CONTRATADA, com anuência da SEMA-AM.

A partir disso, a CONTRATADA deve levantar informações censitárias sobre saneamento básico e índice de doenças infectocontagiosas e endêmicas, assim como, as condições possíveis de disseminação de contaminações na RDS Piagaçu Purus e seu entorno. É de grande importância que sejam levantadas informações quanto ao número de crianças, idosos, jovens, mulheres e homens residentes nas comunidades, bem como o nível formação (fundamental I e II, médio e superior) de seus moradores e o número de escolas que atendem a essa população na RDS.

Caracterização da situação fundiária

A CONTRATADA deverá caracterizar a situação fundiária (situação dominial) da Unidade de Conservação, com foco nas áreas ocupadas por moradores, localizadas tanto no interior quanto no entorno da RDS. Além disso, deverá identificar conflitos existentes ou potenciais na Reserva, realizando levantamentos nos órgãos responsáveis pela gestão de terras e obtendo informações cartoriais municipais, conforme os itens abaixo:

I – Glebas, verificando tamanho e percentual da RDS;

II – Ocupações irregulares e invasões;

III – Propriedades particulares (Títulos Definitivos, Títulos Provisórios e Termo de Concessão de Direito Real de Uso - CDRU individuais);

IV – Termo de Concessão de Direito Real de Uso - CDRU coletivo da RDS;

V – Limites municipais abrangidos pelo atual polígono da RDS;

VI – Sobreposições de Terras Indígenas e UC federais com a RDS.

Observação: A SEMA-AM apoiará a CONTRATADA no envio dos documentos necessários para sua apresentação aos órgãos responsáveis pela gestão de terras, destacando que, após essa apresentação, a CONTRATADA deverá se apresentar formalmente às instituições, por meio de ofício emitido pela SEMA-AM, informando que é a prestadora de serviço responsável pela atualização das informações fundiárias da Unidade de Conservação.

Diagnóstico de Cadeias Produtivas:

No Diagnóstico de Cadeias Produtivas (agrícolas, extrativismo vegetal, mineral e pesca comercial), deverão ser caracterizadas as atividades potenciais ou já realizadas — mesmo que de maneira informal — na RDS, bem como a infraestrutura e os equipamentos de apoio existentes ou propostos. Com base nesse levantamento, deverão ser identificadas as possíveis oportunidades e ameaças relacionadas às atividades econômicas, considerando sua potencialidade e incluindo informações essenciais como os acessos à RDS Piagaçu Purus, os municípios de origem da demanda, o perfil dos usuários, a infraestrutura planejada (caso exista), as áreas com indicação de potencial para produção e alternativas sustentáveis para a produção, destacando que nesta parte também devem ser consideradas as atividades produtivas que ocorrem no entorno da RDS ou nas cidades com maior potencial consumidor.

Contudo, o Diagnóstico das Cadeias Produtivas deve:

- Identificar, caracterizar e analisar as áreas onde a produção agrícola, extrativismo vegetal, mineral e pesca comercial atual é formal, informal, incipiente, desorganizado ou inexistente;
- Identificar os locais, dentro da RDS Piagaçu Purus, onde potenciais atividades de produção, extrativismo e pesca comercial e seus atributos estão inseridos, descrevendo seu meio físico;
- Descrever os prováveis impactos sociais, econômicos e ambientais;
- Apontar formas de potencializar essas oportunidades através da identificação de nichos de mercado a serem explorados, buscando sempre minimizar os riscos para a conservação da RDS;

- Descrever a infraestrutura mínima necessária, com descrição das características do acesso;
- Identificar temáticas já implantadas;
- Sugerir programas ou negócios que possam ser desenvolvidos pela RDS Piagaçu Purus por meio de delegação de serviços, através de autorizações, permissões e/ou concessões, priorizando, sempre que possível, a integração da comunidade local nos processos de produção, extrativismo e pesca comercial da RDS;
- Sugerir estratégias de monitoramento de cada atividade quanto à qualidade dos produtos e aos impactos ambientais de seu funcionamento;
- Elaborar mapas da RDS Piagaçu Purus e suas áreas produtivas em formato A4, A3 e A0, apresentando, identificando e destacando:
 - ✓ Categoria de uso (área de produção agrícola, extrativismo ou pesca comercial);
 - ✓ Sazonalidade;
 - ✓ Condições de acesso.
- No mapa tamanho A0, indicar também o trajeto percorrido para as atividades a partir do núcleo(s) urbano(s) mais próximo(s) e as distâncias entre cada atividade, além dos principais pontos da cadeia produtiva da RDS Piagaçu Purus (para analisar o escoamento dessa produção);
- Os mapas e croquis deverão ser entregues também em meio digital, em arquivos abertos à edição.
- Propor priorização da implementação de políticas públicas, com base nas prioridades identificadas, a ser utilizada pela equipe da RDS Piagaçu Purus como ferramenta de planejamento a ser adaptada conforme as possibilidades que forem se apresentando.

Zoneamento

Com base no Diagnóstico Preliminar, da aplicação do Diagnóstico Rápido Participativo e da sistematização dos dados secundários, a CONTRATADA deverá apresentar uma proposta de zoneamento para a UC e as regras de uso, de forma

integrada, que após aprovação da SEMA-AM, servirá de base para a discussão na OPP.

Caberá à CONTRATADA verificar e qualificar as sobreposições territoriais e institucionais relacionadas às Áreas Prioritárias para Conservação da Biodiversidade, Proteção do Patrimônio Espeleológico, Sítio Mundial do Patrimônio Natural da Humanidade, Corredor Central da Amazônia – CCA e demais corredores ecológicos, Mosaico de Áreas Protegidas, Geoparques, Reserva da Biosfera da Amazônia Central – RBAC, Sítios Ramsar, Áreas de Interesse para Conservação de Morcegos – AICOM e de Aves – IBA, Sítios Arqueológicos e Espeleológicos, Terras Indígenas e Quilombolas, Assentamentos Rurais, bem como Unidades de Conservação federais, estaduais, municipais e Reservas Particulares do Patrimônio Natural – RPPNs.

Deverá ser realizada uma abordagem específica para cada uma dessas categorias, com a consolidação de uma matriz de sistematização dos dados, contendo os respectivos valores de sobreposição territorial.

Com base neste diagnóstico preliminar, a CONTRATADA deverá apresentar uma proposta de zoneamento para a RDS Piagaçu Purus, de forma integrada, que após aprovação da SEMA-AM, servirá de base para a discussão na OPP.

Plano de Proteção e Gestão

A atualização dos dados dos moradores será feita por meio do Diagnóstico Rápido Participativo.

A CONTRATADA será responsável pela elaboração de um diagnóstico detalhado, com o objetivo de compreender os principais problemas e conflitos relacionados ao uso dos recursos naturais na Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Piagaçu Purus. Com base nesse diagnóstico, deverá ser desenvolvido um planejamento estratégico que contemple a discussão e definição de programas, ações e parcerias voltadas à implementação de medidas de proteção na Unidade de Conservação. Ao final do processo, a CONTRATADA deverá consolidar os resultados obtidos na forma de um Plano de Proteção, no qual deverão estar claramente identificados os pontos de conflito, bem como as estratégias construídas em conjunto com os diferentes atores institucionais, visando à formação de alianças e à efetivação das ações propostas.

Após a conclusão do diagnóstico, a CONTRATADA deverá desenvolver um programa de gestão integrada específico, alinhado aos planos de ação dos Territórios Institucionais sobrepostos à área da RDS Piagaçu Purus. Também será de responsabilidade da CONTRATADA a elaboração de um programa específico voltado à proteção e vigilância da Unidade de Conservação, com foco na mitigação de riscos e na preservação dos recursos naturais.

Além disso, será obrigatória a atualização da Matriz de Planejamento Sistemática da RDS Piagaçu Purus. Essa matriz deverá contemplar, de forma detalhada, todos os programas e subprogramas de gestão, as respectivas atividades (medidas de gestão), os meios de verificação (indicadores), os pré-requisitos para execução, os parceiros institucionais envolvidos e os prazos estimados para cada ação, contados em meses.

PRODUTO 2: Diagnóstico preliminar do socioeconômico, cadeias produtivas, zoneamento, regras de uso, programas de gestão, atualização dos dados fundiários e plano de proteção em forma digital.

ETAPA 3 - Oficina de Planejamento Participativo - OPP

A CONTRATADA, deverá apresentar para equipe técnica da SEMA uma proposta preliminar de identificação de estratégias a serem utilizadas na gestão da Unidade de Conservação. Nesta etapa serão identificadas a missão e a visão de futuro da UC; o zoneamento e as regras de uso dos recursos naturais, estratégias de ação da unidade e programas de gestão e prazos para sua implementação.

Durante esses encontros, as principais diretrizes de planejamento serão discutidas e construídas de forma coletiva, garantindo a integração dos saberes tradicionais, o alinhamento institucional e o fortalecimento do protagonismo comunitário no processo de gestão da Unidade de Conservação.

Caberá à CONTRATADA disponibilizar quatro profissionais para a execução das atividades, sendo: um técnico de geoprocessamento, responsável pelo trabalho de zoneamento; um moderador; um relator para a OPP e, de forma obrigatória, um Coordenador Geral.

Durante a oficina, a CONTRATADA deverá apresentar o resumo do diagnóstico preliminar da RDS Piagaçu Purus, e na sequência, conduzir a reunião com base nas

metodologias estabelecidas pelos Padrões Abertos para a Prática da Conservação (CMP, 2007), visando ao refinamento do Modelo Conceitual da referida RDS e a realização das respectivas análises estratégicas, conforme as diretrizes estabelecidas pela equipe técnica da SEMA.

As propostas de zoneamento interno e das zonas de amortecimento da RDS Piagaçu Purus serão trabalhadas a partir de ferramentas participativas, do diagnóstico e dos mapas situacionais já produzidos, que deverão ser entregues em formato digital em tamanho A3 e A0, e impressos em tamanho A0 para serem levados para a Oficina pela CONTRATADA.

Produto 3: Relatório da Oficina de Planejamento Participativo (OPP) em versão digital, contendo informações revisadas e atualizadas sobre o Diagnóstico socioeconômico, zoneamento, regras de uso, fundiário, os programas de gestão e plano de proteção da RDS Piagaçu Purus, contendo as informações geográficas na plataforma ArcInfo e operacionalizável em ArcView e disponibilizado para a SEMA-AM.

ETAPA 4 – Apresentação da Revisão do Plano de Gestão da RDS Piagaçu Purus ao Conselho Gestor da Unidade, versão final.

A CONTRATADA apresentará a versão consolidada da revisão do plano de gestão em uma reunião extraordinária do Conselho Gestor da Unidade de Conservação com participação em média de 24 representantes do conselho durante 01 (um) dia de atividade. A CONTRATADA terá dois dias para processar os dados validados nesta reunião. Duração média da viagem será de 6 dias.

É de responsabilidade da CONTRATADA os outros custos com itens individuais, materiais e equipamentos para a realização da atividade das OPP's.

Após a apresentação ao Conselho Gestor, a equipe SEMA-AM irá analisar as contribuições e indicar os ajustes necessários à CONTRATADA que realizará as alterações, resultando na versão final da Revisão do Plano de Gestão versão atualizada, pela equipe da SEMA.

A CONTRATADA deverá elaborar relatório documentando com as análises, discussões e propostas levantadas na reunião do Conselho Gestor da UC.

PRODUTO 4: Relatório de apresentação de revisão e atualização do Plano de Gestão no conselho deliberativo da RDS Piagaçu Purus em versão digital e impresso a ser disponibilizado aos conselheiros.

ETAPA 5 – Consolidação do produto final – Revisão do Plano de Gestão juntamente com as contribuições do Conselho Gestor e da SEMA.

Após a apresentação ao Conselho Gestor, a SEMA-AM irá analisar as contribuições e indicar os ajustes necessários à CONTRATADA que realizará as alterações, resultando na versão final da Revisão do Plano de Gestão versão atualizado, pela SEMA-AM.

A CONTRATADA deverá elaborar ainda um Relatório documentando, analisando todo o processo de revisão do Plano de Gestão da RDS Piagaçu Purus, registrando os problemas encontrados, as lições aprendidas e as recomendações correspondentes para melhoria do processo de planejamento e revisão do Plano de Gestão das Unidades de Conservação. É de responsabilidade da CONTRATADA elaborar uma versão resumida e ilustrada em linguagem acessível às comunidades da RDS Piagaçu Purus contendo as principais informações da revisão do plano.

Todos os documentos gerados neste Produto, deverão ser entregues, em formato digital e físico, para a SEMA-AM, contendo todas as informações atualizadas.

PRODUTO 5: Versão final da primeira revisão do Plano de Gestão da RDS Piagaçu Purus, bem como uma versão resumida ilustrada, acessível à comunidade do referido Plano de Gestão, em formato digital aberta e impressa; com duas cópias para SEMA/AM, e uma via digital para o FUNBIO (e-mail e pen drive); e entrega das bases cartográficas digitais no formato *Shapefile*.

9. FORMA DE APRESENTAÇÃO

Todos os produtos intermediários e os produtos finais deverão ser escritos em língua portuguesa e entregues em sua versão final por meio digital (*Pen Drive*), gravados no formato adobe PDF e em documento aberto, assim como 01 (uma) via original, impressa em qualidade “*Laserprint*” ou similar, em papel formato A4, de acordo com as Normas Brasileiras (ABNT), com exceção dos mapas, desenhos e gráficos, em que poderão ser utilizados outros formatos para sua perfeita compreensão.

A formatação dos documentos, tanto na versão preliminar, como na final, deverá observar as seguintes características:

- Programa: Word;
- Texto: ARIAL 12, justificado;
- Páginas numeradas;
- Numeração dos itens: algarismos arábicos, negrito, separados por ponto (ex.: 1., 1.1., etc.);
- Tamanho A4 do papel;
- Margens da página: superior/inferior - 2 cm, esquerda - 3 cm, direita -2 cm
cabeçalho/rodapé: 1,6 cm;
- Sem recuo para indicar parágrafo, começando no início da margem esquerda;
- Espaço de uma linha entre parágrafos;
- Espaçamento de 1,5 linhas no documento preliminar e 1,0 linha (simples) na versão final.

Também devem ser seguidas as seguintes instruções durante a redação dos documentos finais e intermediários:

- Tabelas, quadros, croquis e quaisquer outras instruções deverão estar enumerados e apresentar legendas e títulos completos e autoexplicativos.
- As siglas deverão ser explicadas somente na primeira vez em que forem citadas e deverá aparecer uma relação das siglas utilizadas no início do documento.
- As palavras em outros idiomas deverão vir em *itálico*.
- Nomes científicos também deverão estar em *itálico*, sem separação de sílabas, seguidos ou antecédidos do nome popular da espécie em letras minúsculas, sem vírgula, sem parênteses. Caso se dispuser apenas do gênero, as abreviações sp. e spp. nunca virão em *itálico* e sempre serão em minúsculas seguidas de ponto.
- Os nomes populares compostos deverão ter hífen sempre que justificado. Nomes populares estarão sempre em minúsculas.
- Autores e obras citadas deverão ser referidos apenas por iniciais maiúsculas, seguidos por vírgula e data.

Todo o material cartográfico deverá ser entregue em duas vias (uma impressa e uma em meio digital), nos formatos mais apropriados para apresentação, discutidos e aprovados pela equipe de trabalho da SEMA/AM.

Todas as informações georreferenciadas (base de dados), bem como os mapas decorrentes, deverão ser construídos nos formatos ArcInfo, Arcview, ArcMap e Access, em conformidade com o modelo de dados do sistema de informações geográficas estruturado. Todos os dados produzidos deverão ser entregues no formato digital, em *Pendrive* e impressos em 02 (duas) vias em papel. Todas as imagens utilizadas, incluindo as de satélite, deverão ser entregues georreferenciadas, juntamente com os seus arquivos de posicionamento cartográfico observando o DATUM usado no país.

Toda a base cartográfica digital, constituída ou adquirida, pela CONTRATADA no formato *Shapefile* deverá obrigatoriamente ser disponibilizada à SEMA/AM, no momento da entrega do produto final, assim como, os memoriais descritivos pertinentes. A CONTRATADA deverá encaminhar uma cópia de todos os produtos para o FUNBIO em meio digital (**e-mail ou Pen Drive**), devidamente aprovados pela SEMA/AM.

10. CRONOGRAMA E FORMA DE PAGAMENTO

A duração total dos trabalhos para conclusão da revisão do Plano de Gestão da RDS Piagaçu Purus está estimada em no máximo 06 (seis) meses, mas é tolerada a conclusão antecipada. Este período total, ou outro de menor duração que pode ser apresentado pela consultoria, deve estar organizado em um cronograma que indique o tempo de execução de cada uma das atividades propostas e o número de dias, referidos do início do trabalho até a data em que serão entregues os produtos.

Produtos		Valor (%)	Prazo (dias) – após assinatura do contrato
1	Produto 1: Plano de Trabalho contendo o cronograma detalhado e sistematizado, que definirá as atividades, seus responsáveis, equipe envolvida, cronograma físico-financeiro, prazos e insumos necessários, em formato digital.	5	Até 15 dias

2	Produto 2: Diagnóstico preliminar do socioeconômico, cadeias produtivas, zoneamento, regras de uso, programas de gestão, atualização dos dados fundiários e plano de proteção em forma digital.	30	Até 80 dias
3	Produto 3: Relatório da Oficina de Planejamento Participativo (OPP) em versão digital, contendo informações revisadas e atualizadas sobre o Diagnóstico socioeconômico, zoneamento, regras de uso, fundiário, os programas de gestão e plano de proteção da RDS Piagaçu Purus, contendo as informações geográficas na plataforma ArcInfo e operacionalizável em ArcView e disponibilizado para a SEMA-AM.	15	Até 110 dias
4	Produto 4: Relatório de apresentação de revisão e atualização do Plano de Gestão no conselho deliberativo da RDS Piagaçu Purus em versão digital e impresso a ser disponibilizado aos conselheiros.	10	Até 150 dias
5	Produto 5: Versão final da primeira revisão do Plano de Gestão da RDS Piagaçu Purus, bem como uma versão resumida ilustrada, acessível à comunidade do referido Plano de Gestão, em formato digital aberta e impressa; com duas cópias para SEMA/AM, e uma via digital para o FUNBIO (e-mail e pen drive); e entrega das bases cartográficas digitais no formato <i>Shapefile</i> .	40	Até 180 dias

Qualquer alteração no cronograma das atividades, após sua aprovação, dependerá de acordo entre as partes.

A CONTRATADA será responsável pela entrega da versão final da Revisão do Plano de Gestão da RDS, bem como de uma versão resumida e ilustrada, acessível à comunidade, disponível em formato digital aberto e impresso. Serão fornecidas duas cópias impressas para a SEMA/AM e uma cópia digital para o FUNBIO (por e-mail, pendrive ou google drive). Além disso, as bases cartográficas digitais ou documentos adquiridos durante a revisão do Plano deverão ser entregues no formato Shapefile e digital ao órgão gestor.

Ressaltamos que a versão final do Plano de Gestão deve integrar todos os produtos em um único documento, contemplando os aspectos ambientais,

socioeconômicos, fundiários, as normas e os programas, conforme o roteiro metodológico da SEMA. O presente contrato será celebrado pelo Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - FUNBIO, com recursos do Programa ARPA, após a aprovação deste Termo de Referência pelo Ponto Focal e pela Unidade de Coordenação do Programa – UCP, do Ministério do Meio Ambiente.

11. DADOS, SERVIÇOS LOCAIS, PESSOAL E INSTALAÇÃO PELO CLIENTE

Todos os gastos com administração e pessoal necessário, correrão por conta da CONTRATADA e deverão fazer parte da sua proposta. Serão disponibilizados pela SEMA/AM mapas, croquis e demais informações e apoio relevantes à área da RDS Piagaçu Purus.

12. SUPERVISÃO

O acompanhamento e supervisão das atividades da consultoria em qualquer das etapas do trabalho estará a cargo da SEMA/AM. A CONTRATADA fornecerá à SEMA/AM todos os elementos necessários ao processo de acompanhamento e supervisão dos trabalhos executados para a elaboração do projeto. Será estabelecido na equipe de trabalho da SEMA/AM um interlocutor para interagir com a consultoria, que fará seus contatos através do mesmo ou de pessoas por esse interlocutor autorizadas.

A SEMA/AM e os financiadores terão pleno acesso a todas as informações sobre as atividades realizadas para a elaboração dos serviços deste termo de referência, mediante a prévia coordenação de suas ações e participações do interlocutor da equipe de trabalho com a consultoria. A CONTRATADA fica obrigada a fornecer dados, informações, sistemas informatizados, e todos e quaisquer elementos que integrem, ou seja, utilizados na realização dos serviços deste termo de referência.

A CONTRATADA realizará apresentações periódicas do andamento dos trabalhos ou de documentos intermediários ou finais a SEMA/AM, de forma *online*, sempre que assim solicitada. Os equipamentos e serviços necessários à preparação dessas apresentações, tais como serviços de digitação, elaboração de mapas temáticos e outros recursos similares serão de responsabilidade da CONTRATADA.

A avaliação técnica dos documentos preliminares e finais apresentados serão de responsabilidade da SEMA/AM. A CONTRATADA deverá fornecer informações

complementares e proceder à reformulação dos documentos, conforme as solicitações e observações da equipe técnica, as quais deverão ser formalizadas por escrito. Para cada produto, serão permitidas no máximo duas revisões, caso a primeira não atenda integralmente às demandas da SEMA. O prazo para retorno da SEMA quanto à necessidade de ajustes ou adequações será de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de recebimento da versão revisada do produto.

A aprovação final de cada produto descrito neste termo de referência é de responsabilidade e competência do Conselho Gestor da RDS e da SEMA/AM, que podem solicitar informações complementares que julgarem necessárias para tomar sua decisão.

13. PRAZOS

A consultoria será realizada em até 180 dias, a contar da assinatura do contrato.

O pagamento será feito em até 10 (dez) dias úteis, contados a partir do recebimento, no FUNBIO, do documento de cobrança (nota fiscal, fatura) e do Termo de Recebimento e Aceite (documento emitido pelo beneficiário, responsável pelo recebimento e aceite, atestando que os serviços foram prestados em conformidade com as especificações solicitadas, quantidades e etapas se forem o caso). Os prazos de avaliação de cada produto por parte do órgão gestor, e da CONTRATADA, estão descritos no cronograma de desembolso.

14. OBRIGAÇÕES

14.1 Obrigações da CONTRATADA

A CONTRATADA deverá arcar com todos os custos e honorários de sua equipe bem como os custos de permanência de sua equipe no período de vigência do contrato, com a supervisão da SEMA-AM.

Observa-se que os custos relacionados as passagens aéreas, transporte, alimentação e hospedagem da equipe da consultoria que realizará a expedição de campo, ficará a cargo da CONTRATADA até o município sede da unidade de conservação.

Diante disso, ressaltamos que a CONTRATADA terá como responsabilidade. manter sua equipe na sede do município nos dias que estiverem em deslocamento na cidade até a Unidade de Conservação. A SEMA apoiará com a logística da sede da cidade até a Unidade de Conservação.

A CONTRATADA fica obrigada a fornecer dados, informações, sistemas informatizados, e todos e quaisquer elementos que integrem, ou seja, utilizados na realização dos serviços deste TdR.

A CONTRATADA realizará apresentações periódicas do andamento dos trabalhos ou de documentos intermediários ou finais a SEMA-AM, sempre que assim solicitada. Os equipamentos e serviços necessários à preparação dessas apresentações, tais como serviços de digitação, elaboração de mapas temáticos e outros recursos similares serão de responsabilidade da CONTRATADA.

14.2 Obrigações da CONTRATANTE

Os mapas e o banco de dados de SIG e os estudos de análise das UC serão fornecidos pela SEMA-AM, sem prejuízo do andamento dos trabalhos, cabendo a CONTRATADA solicitar formalmente.

A avaliação técnica dos documentos preliminares e finais apresentados serão de responsabilidade da SEMA-AM.

A aprovação final de cada produto descrito neste termo de referência é de responsabilidade e competência da equipe técnica da SEMA-AM e será realizada em até 10 dias úteis da data de entrega, podendo solicitar informações complementares que julgarem necessárias para tomar sua decisão, em até no máximo duas revisões.

A logística, mobilização, organização, deslocamento, hospedagem e alimentação dos conselheiros e equipe técnica da SEMA, para realização da reunião do conselho, será custeada por meio do Plano Operacional da Unidade. O deslocamento da equipe da contratada do município sede até a Unidade de Conservação, bem como os gastos com combustível, equipamentos, transporte, alimentação para expedição de campo e realização das oficinas ficará a cargo da SEMA-AM.

15. AVALIAÇÃO, CLASSIFICAÇÃO E DESCLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS TÉCNICAS

15.1. Qualificação da Consultoria

A experiência da consultoria será comprovada mediante apresentação de atestados que comprovem sua experiência em Diagnóstico ou Planejamento Ambiental e trabalhos de Elaboração e Revisão de Planos de Gestão de Unidade de Conservação. É importante que a empresa esteja relacionada com atividades pertinentes ao objeto deste Termo de Referência.

15.2. Qualificação da equipe profissional

A equipe da consultoria CONTRATADA deverá atender as seguintes qualificações:

15.2.1 Descrição do Perfil do Coordenador Geral: Desejável profissional com Graduação (Latu Sensu) ou Mestrado em áreas correlatas ao perfil desejado preferencialmente na área das ciências ambientais ou da terra (biologia, ecologia, engenharia ambiental, engenharia florestal, agronomia, geografia ou afins) e com experiência em coordenação técnica na elaboração e revisão de planos de manejo (Gestão) de UC no Bioma Amazônico, consultoria na elaboração ou coordenação de Diagnósticos Ambientais e/ou Socioeconômicos. Deverá coordenar tecnicamente os trabalhos de campo e de escritório, sistematizar os resultados, realizar a integração dos dados obtidos pelos estudos temáticos e ter conhecimentos das metodologias constantes no Macroprocesso. O candidato deverá ter disponibilidade para viagens e ter condições de realizar atividades de campo em situações adversas, incluindo deslocamentos a pé ou embarcado, em diferentes tipos de veículos, barcos e aeronaves. Este profissional será o responsável pela qualidade e pela apresentação dos produtos objetos desse Termo de Referência.

15.2.2 Descrição do Perfil do Responsável pela elaboração e análise do levantamento socioeconômico, cadeias produtivas e plano de proteção: Desejável profissional com Graduação em áreas correlatas ao perfil desejado (Sociologia, Geografia, Agrônomo, Antropólogo, Engenharia Florestal ou outras afins)

e que tenha treinamento e/ou experiência profissional com ênfase em diagnósticos populacionais e de produção rural (agrícola, extrativismo, pesca, manejo de fauna silvestre, exploração florestal). Preferencialmente, ter experiência com a metodologia de *Padrões Abertos para a Prática da Conservação* e as demais constantes no macroprocesso. O candidato deverá ter disponibilidade para viagens e ter condições de realizar atividades de campo em situações adversas, incluindo deslocamentos a pé, ou embarcado, em diferentes tipos de veículos, barcos e aeronaves. Deverá realizar trabalhos de campo e de escritório para elaboração dos produtos objeto de contratação, sob sua responsabilidade, do edital.

15.2.3 Descrição do Perfil do Responsável pelos levantamentos e análises

fundiárias: desejável profissional com Graduação (Latu Sensu) em áreas correlatas ao perfil desejado (geografia, biologia, engenharia ambiental, engenharia florestal ou afins). Consultoria na elaboração ou coordenação de Diagnósticos Fundiário em áreas naturais protegidas. Consultoria em elaboração de Plano ou Programa de Regularização Fundiária ou correlatos a questão fundiária em UC. Consultoria utilizando metodologias e análises de sistematização de dados e informações fundiárias com conhecimento e experiência em Geoprocessamento, Sistema de Informação Geográfica (SIG) e Cartografia, para a caracterização e a geração dos produtos de mapas. O profissional deve ter experiência plena nas atividades de levantamento cartorial, da cadeia dominial e das características fundiárias de áreas protegidas naturais. O candidato deverá ter disponibilidade para viagens e ter condições de realizar atividades de campo em situações adversas, incluindo deslocamentos a pé ou embarcado, em diferentes tipos de veículos, barcos e aeronaves.

15.2.4 Descrição do Perfil do Responsável pelas análises do Sistema de

Informações Geográficas: desejável profissional com Graduação em áreas correlatas ao perfil desejado (geografia, biologia, engenharia ambiental, engenharia florestal ou afins) com conhecimento e consultoria em Geoprocessamento, Sistema de Informação Geográfica (SIG) e Cartografia, para a caracterização e a geração dos produtos de mapas. Experiência na elaboração de zoneamento para Planos de Manejo de UC, conforme definidas na Lei nº 9.985/2000 ou em legislação estadual correlata

15.2.5 Descrição do Perfil do Moderador/ Facilitador: Curso de formação em organização e moderação de oficinas. Experiência na organização e moderação de eventos participativos (consultas públicas, seminários, conselhos de UC etc.), preferencialmente na região amazônica. Deverá possuir conhecimento e/ou experiência com a metodologia dos Padrões Abertos para a Prática da Conservação. Esse profissional participará das atividades relacionadas à organização, mediação, relatoria e sistematização das oficinas participativas.

Todos os contratados deverão realizar pessoalmente os trabalhos (incluindo as fases de escritório e de campo) para os quais foram designados, sendo vedada a delegação total ou parcial de suas responsabilidades contratuais.

15.3. Qualificação do Plano de Trabalho

A análise do Plano de trabalho considerará a adequação da Proposta aos objetivos fixados no Termo de Referência, incluindo abordagem técnica, metodologia e cronograma.